

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS  
ANO 1 / N.º 2 / 8 DE JUNHO DE 1974 / PREÇO 2\$50 / SEMANAL

## EDITORIAL

A situação de crise económica que levou à queda do fascismo mantém-se. Dizem alguns que esta crise se pode alterar através de reformas dentro do sistema actual, o capitalismo. Nós dizemos que essas pessoas são reformistas e pensamos que dentro do sistema actual a exploração continua e a crise económica manter-se-á. Outros, como nós, pensamos que só a revolução socialista, com tomada do poder pelos trabalhadores, pode resolver a crise económica e acabar com a exploração. São os revolucionários.

Mas a Revolução Socialista é preciso não só pensá-la como fazê-la. É nesse sentido que trabalhamos desde há muito, tanto atingindo a máquina de guerra fascista e colonialista como lutando pela organização operária nos locais de trabalho.

A crise económica manter-se-á enquanto durar o sistema capitalista. Este põs Portugal numa situação relativamente ao imperialismo, que tem como consequências que a quase totalidade da indústria esteja dependente em capitais, máquinas e homens dos países chamados desenvolvidos. Ora estes não colocaram fábricas em Portugal, pelos lindos olhos dos portugueses; colocaram-nas porque este país lhes dá a possibilidade de mão-de-obra barata. No dia em que assim não for vão-se embora.

Os capitalistas portugueses, para sobreviverem, necessitam do imperialismo.

Este é um ciclo infernal. Pelas próprias leis do capitalismo e do imperialismo, Portugal encontra-se, porque só assim é que serve esses interesses, numa situação de dependência, de que não pode sair. Este ciclo está montado de modo a não permitir que os países dominados se libertem; impossível pensar que, por um esforço de vontade, este país se ponha a produzir por si próprio.

Só fugindo às leis do capitalismo e do imperialismo, Portugal se poderá libertar da terrível prisão que é a dependência económica.

Por isso hoje dizemos que o que há a fazer é a Revolução Socialista.

E não é com reformas parciais, nem apenas com democracias, que a Revolução se constrói. Está à vista que as reformas e a democracia não transformam por milagre 3300\$00 em 6000\$00 (e quem pode negar que alguém possa viver com menos?). Não é com reformas nem com democracias que acabam os lucros dos grandes capitalistas ou que se fazem regressar os capitais depositados nos bancos da Suíça.

Os trabalhadores sentem-no e por isso se organizam e lutam, independentemente de partidos. E continuarão a organizar-se e a lutar, por mais que partidos e organizações os tentem travar, na esperança de ganharem tempo, para dominar a situação.

Ninguém consegue convencer os explorados de que não o são; e se num dia conseguirem convencer os trabalhadores de que "devem ser amigos do patrão", no dia seguinte estes compreenderão e os conselheiros serão desmascarados.

A crise económica não pára. Os géneros alimentícios mais elementares continuarão a ser caros, porque vêm do estrangeiro, as casas continuarão a ser caras, porque continuam a pertencer a magnates. O dia a dia dos trabalhadores continuará a ser duro.

Só a sua organização política permitirá que a força que demonstram seja canalizada. Só a sua organização política permitirá que tomem o poder, que corram com os capitalistas, que façam a Revolução Socialista.

## A INDEPENDÊNCIA DOS POVOS NÃO SE DISCUTE

O malogro das conversações de Londres era evidente. Os revolucionários do PAIGC apareceram com propostas diferentes dos ministros neo-colonialistas Mário Soares e Almeida Santos. Trazidos pela boa intenção da propaganda portuguesa, os camaradas do PAIGC foram a Londres convencidos de que iam negociar os meios da sua independência nacional. Ardilosos, os membros do governo, desejavam apenas um cessar fogo que não correspondia a mais do que uma traição: desarmar o PAIGC e depois, enfraquecida a autoridade que dá a luta armada, terem que aceitar uma independência que, sob uma forma subtil, seria a continuação da exploração capitalista, de um colonialismo "democratizado" por simples decreto do governo social-democrata.

O comandante Victor Pires chamou a atenção dos representantes portugueses logo no início das conversações. "Cessar fogo não é paz e é pela paz que conduzimos a luta armada de libertação nacional contra a violência do colonialismo que mantém em escravatura todo um povo, luta que já leva para cima de longos onze anos".

O ministro Mário Soares está optimista em relação às conversações do dia 8. Mas o seu optimismo só terá razão de ser se tiver, entretanto, modificado o seu pensamento quanto ao problema colonial. Porque para o PAIGC a posição é clara: independência imediata. O cessar fogo será apenas uma das fases da consolidação prática desta independência.

Será bom lembrar ao sr. Mário Soares, ao sr. Almeida Santos, ao sr. Cunhal e a outros membros do governo, que a Guiné proclamou a sua independência e já foi reconhecida como estado soberano por 80 países de cinco continentes. O sr. Mário Soares e sr. Cunhal, que além de recentes ministros são antigos dirigentes dos partidos Socialista e Comunista, sabem disso. Antes do 25 de Abril enchiam os seus jornais partidários

com palavras de solidariedade à luta dos povos de Angola, Guiné e Moçambique. Nós perguntamos: os senhores ministros não pensam com a mesma cabeça dos secretários gerais dos PS e PC?

Temos a obrigação de lhes lembrar que sempre aceitaram o pensamento do PAIGC de que o exército português, a partir da independência da Guiné, deixou de ser um exército de ocupação para se tornar um exército de agressão.

Ser contra a guerra e pela independência antes do acto insurreccional e ficar agora na posição contrária, não é apenas uma atitude oportunista e reaccionária, é uma traição feita ao proletariado português e aos povos das colónias.

O sr. Mário Soares, paternalisticamente, agita o espantinho do perigo que correm os portugueses que estão na Guiné. A que portugueses se refere o sr. Mário Soares? Aos trabalhadores? Ou à CUF?

Amílcar Cabral sempre disse que a luta do PAIGC era contra o colonialismo e não contra o povo português. A delegação do PAIGC em Londres disse o mesmo há dias: "Não temos nenhum diferendo contra o povo português, que é

nosso aliado. Lutamos contra o colonialismo que nos obrigou a pegar em armas para o expulsar da nossa terra, o colonialismo que coincide, neste caso concreto, com a exploração do homem pelo homem".

Esta sempre foi a posição do PAIGC. Posição clara: luta anti-capitalista e anti-colonialista. Esta foi e será sempre a nossa posição. Nós não somos anti-colonialistas por sentimento ou por paternalismo. Nós somos anti-colonialistas porque somos anti-capitalistas.

Se o governo provisório pensa que é preciso defender a CUF na Guiné nós estamos dispostos a admitir que se trata de uma prática coerente com a linha política do Governo Provisório em relação ao capitalismo português. Mas não podemos deixar de dizer que nós estamos neste ponto, como em muitos outros, em desacordo com os novos defensores do capitalismo nacional e internacional. E acrescentamos que o capitalismo português e o capitalismo sem pátria conseguiram o que tanto esperavam: um governo que deixe explorar democraticamente, não só o proletariado português, mas também os povos das colónias. E seremos obrigados a reconhecer que a alteração da política capitalista se tem vindo a fazer no nosso país em termos verdadeiramente originais: exploração directa no tempo de Salazar, exploração liberalizante no tempo de Caetano e agora, e nisso é que assenta a originalidade, a exploração democrática do regime que assumiu o governo ainda que provisoriamente.

(Continua na pág. 7)



### NESTE NÚMERO:

- Entrevista com a organização francesa «Revolution» (Pág. 2)
- A «liberdade de imprensa» na sociedade capitalista (Pág. 3)
- Pide — Agente de 1.º — 13 valores (Pág. 3)
- Trabalhadores em luta (Págs. 4 e 5)
- O Problema Colonial: os embarques continuam (Pág. 7)

## ENTREVISTA COM UM MILITANTE DA ORGANIZAÇÃO FRANCESA "REVOLUTION"

A organização comunista «Revolution» dirigiu aos dois comícios da esquerda revolucionária saudações de solidariedade. O nosso jornal decidiu entrevistar o enviado daquela organização ao nosso país, o militante de pseudónimo Harpo.

**PRP — Como nasceu a organização «Revolution»?**

R — Nasceu em Fevereiro de 1971 numa cisão da Liga Comunista, em consequência dum debate, que se arrastava desde Maio de 1968, sobre a tática da construção do Partido e sobre o internacionalismo. Fins de 1970, começo de 1971, houve movimentações de massas em França que determinaram a nossa posição. A mobilização feita a propósito do processo de Burgos levou a uma manifestação de 20 000 pessoas que se opuseram à polícia. Por outro lado o Secours Rouge (Socorro Vermelho) transformou-se numa unificação das forças revolucionárias como resposta à repressão. Houve todo um crescente movimento de esquerda que ultrapassou a organização dos partidos. Os futuros militantes de «Revolution» estavam nesses movimentos e passaram a opor-se ao feitiçismo da organização.

**PRP — Alguns de vós eram ex-membros do Partido Comunista?**

R — Alguns, mas sem significado. O fenómeno cisão do PC já não tem significado nos grupos revolucionários.

**PRP — Disseste que um dos vossos pontos de discordância com a Liga tinha sido a construção do partido. Qual é o vosso conceito?**

R — Os movimentos revolucionários em França nasceram num país dominado pelo stalinismo, que entrou em crise nos anos 60. Os stalinistas tinham a hegemonia absoluta da esquerda e expulsavam os revolucionários da sociedade. Ser trotskista em 1953 era qualquer coisa como ser doente... Além disso a crise em relação ao stalinismo começa na periferia, na pequena burguesia. No seio dos movimentos revolucionários a crise reflectiu-se pelo aparecimento de dois desvios principais — espontaneista e dogmático — à volta dos quais se centram organizações cujas referências ideológicas, trotskistas ou maoistas servem a maior parte das vezes como folha de parra para estes dois desvios. A espontaneista surge como reacção ao bloqueio que a estrutura das organizações constitui para o desenvolvimento interno das lutas. «Revolution» nasceu no momento de movimentações de massas e fixou como objectivo a estruturação da esquerda operária, mobilizando-a à volta das lutas, estudando as condições da luta e as perspectivas concretas e, através disto, confrontando o debate ideológico com a orientação concreta das diferentes organizações do movimento revolucionário.

**PRP — E não vos acusam de ser praticistas?**

R — Batalhamos pelo desenvolvimento de diferentes frentes de luta, com uma aparição central, mas adaptando-se às condições concretas de

luta. Há uma unidade de iniciativa. Assim se criaram o Socorro Vermelho, o Comité Chile, o LAC e a Frente dos Trabalhadores Emigrados. Pensamos que o movimento revolucionário deve politizar todas as lutas e não as deixar só sobre o terreno reivindicativo.

Para nós é educativo não pôr estes movimentos a reboque desta ou daquela organização (seja Liga ou maoistas). Os organismos nascidos nas movimentações de massas são ao mesmo tempo um lugar de educação e de desenvolvimento de uma esquerda revolucionária que está a nascer. É preciso ocupar todos os terrenos onde o reformismo está instalado para mostrar na prática qual é a diferença entre os revolucionários e os reformistas e romper com estes. É evidente que a construção da nossa organização é uma garantia decisiva da progressão deste trabalho.

**PRP — Mas não vos acusam de «entrismo», de penetrar nas organizações dominadas pelo PC?**

R — Estamos nos organismos autónomos e também nos sindicatos. Porém os nossos militantes não se submetem ao sindicato mas sim às comissões de luta, eleitas entre os trabalhadores. Em relação aos sindicatos os nossos militantes estão nas secções de esquerda da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), uma das duas grandes Confederações Sindicais, mas também na CGT (Confederação Geral do Trabalho). Devido a uma grande imprecisão política, a CFDT é atravessada por numerosas contradições, e algumas das suas secções servem por vezes de lugar de refúgio à actividade de trabalhadores combativos e radicalizados.

**PRP — O que é que se passou na Lip?**

R — A CFDT acompanhou o conjunto da luta. Mas, apesar de ter funcionado como um sindicato democrático, não dirigiu a luta. Existiam comissões de empresa, constituídas por trabalhadores sindicalizados ou não — comissões de organização, popularização, produção, cantina, etc. Existia uma comissão encarregada de proteger o «tesouro de guerra» (os milhares de relógios que eram produzidos e escondidos). Em Besançon, a cidade da fábrica Lip, centenas de polícias à paisana revistaram tudo, igrejas, casas, frigoríficos. Afinal estavam num camião no meio da cidade, que de vez em quando dava uma volta... Estas comissões organizavam a própria greve. Simultaneamente existia um Comité de Acção que era a expressão mais radicalizada. Havia assim três níveis — comissões de empresa, comité de acção e sindicato; alguns militantes estavam nos três níveis, mas era o comité de acção que garantia a autonomia da luta face às manobras dos aparelhos reformistas.

**PRP — Porque é que o PCF se opôs às lutas da Lip?**

R — Porque o PCF é contra as organizações de trabalhadores fora da estrutura do partido. Só mais

tarde, quando começou a repressão, é que o PC tentou organizar a solidariedade nacional e ao mesmo tempo tentou conduzir as negociações ao nível da Central Sindical. Face a isto os trabalhadores exigiram que as negociações fossem com as comissões de empresa e com o comité de acção. E os trabalhadores conseguiram isto. Todos os dias havia assembleia geral à saída das negociações durante o período em que estas decorreram. O primeiro plano governamental, o plano Giraud, não dava garantias aos trabalhadores e foi apoiado pela CGT. Opôs-se então à CGT o comité de acção e na assembleia que votou o plano, a CGT teve 13 votos e o comité de acção 900. A partir daqui

### O CASO DA LIP EM FRANÇA

**«A CFDT acompanhou o conjunto da luta. Mas, apesar de ter funcionado como um sindicato democrático, não dirigiu a luta. Existiam comissões de empresa, constituídas por trabalhadores sindicalizados ou não (...) Estas comissões organizaram a própria greve. Simultaneamente existia um Comité de Acção que era a expressão mais radicalizada. Havia assim três níveis — comissões de empresa, comité de acção e sindicato; alguns militantes estavam nos três níveis, mas era o Comité de Acção que garantia a autonomia da luta face às manobras dos aparelhos reformistas.»**

a luta passou a ser contra a CGT e contra o Governo. O aparelho sindical da CGT fez chantagem, cortou todo o apoio e Messmer, o primeiro ministro, fez um discurso colérico em que dizia: «Lip acabou, acabou, acabou!»

O movimento resistiu e por fim surgiu um plano governamental que foi uma vitória para o comité de acção — reintegração de todo o pessoal no espaço de um ano.

**PRP — Pensas que esta luta foi exemplar?**

R — Esta luta foi um exemplo e reproduziu-se: eclodiram lutas idênticas em Cerisy, na Vendeia, nas tipografias de Darbois, em Lorient na Bretanha. Aqui os garagistas fizeram greve e ocuparam a praça central da cidade, que passou a funcionar como uma oficina colectiva, onde as pessoas vinham reparar os carros, sendo o produto destinado aos garagistas.

**PRP — Mas como é que pensas que estas movimentações podem concorrer para a criação do Partido?**

R — Assistimos a um desenvolvimento de lutas, mas isto ainda não é a organização operária. É, no entanto, o resultado dum ruptura com o reformismo que cria condições para o desenvolvimento das forças revolucionárias e para a criação dum vanguarda. Mas não podemos esquecer que em França o reformismo é poderoso e, embora perca nas empresas, ganha politicamente, o que dificulta a estabilização do movimento revolucionário. Por isso a organização é muito importante assim como a formulação política central distinta das massas, garantindo, pela sua construção no trabalho de massas, a progressão de uma vanguarda operária. Neste aspecto há que contrariar a tendência espontaneista que acredita que a vanguarda se cria pela conjugação de todas as iniciativas.

Neste sentido a nossa organização propõe que se desenvolvam os quadros e as frentes de luta, que são instrumentos revolucionários; que se estruturam as iniciativas unitárias revolucionárias; que se faça um debate

político. Só criando condições de duração e de unificação se pode pensar na construção dum partido revolucionário. Nesse aspecto a candidatura Piaget, apresentada, por todas as organizações de esquerda, foi um bom projecto e foi um falhanço.

**—PRP — Porque é que falhou?**

R — Concretamente porque foi sabotada pelo PSU por um lado e pela «Lutte Ouvrière» por outro. Sobrepuseram a afirmação das suas organizações ao interesse da unidade da esquerda. Rocard, secretário geral da PSU, fez um comício em Toulouse, apoiando a candidatura Mitterrand, sem sequer consultar o seu partido. Já nessa altura Mitterrand lhe tinha prometido um posto qualquer no caso

colaboraram na candidatura Giscard recebiam 250 fr. por dia (1300\$00). Portanto agora a violência põe-se noutros termos.

Mas pensamos que o que há a desenvolver é a violência de massas.

**PRP — Mas um trabalho clandestino a desenvolver nesse caso é muito sério. E a tomada do poder não pode ser espontânea.**

R — Para nós o caminho tem de ser de aprendizagem. Isto pode organizar-se através da autodefesa. Em França as tarefas clandestinas estão muito atrasadas, porque todo o trabalho até aqui tem sido legal. E, além disso, como o meio político é muito aberto, está sem dúvida penetrado pela polícia. Temos que fazer uma longa aprendizagem de clandestinidade.

**PRP — Para terminar, qual é a vossa posição em relação ao internacionalismo?**

R — O período actual é um novo período histórico em que entraram actualmente em crise o capitalismo e o stalinismo, nos seus próprios centros. A tomada de posição estratégica e tática não pode decorrer do período anterior.

Continua de pé o problema da construção dum Internacional, mas esta tem que estar de acordo com a nova estratégia. Não pode ser uma Internacional (como a IV) criada a priori e a que aderem organizações de vários países. A Internacional terá de ser a articulação dos partidos revolucionários, sendo difícil hoje de dizer como é que será essa articulação. Recusamos tanto as concepções autoproclamatórias do tipo da IV Internacional como as concepções oportunistas dum internacionalismo de facto, que surgiria por milagre, de convergência das lutas.

Tanto ao nível internacional como ao nível de cada país põe-se o problema da construção do partido e deve fazer-se um debate sobre a estratégia e a tática e sobre a URSS, a China, e outras questões da Revolução Socialista. Haverá uma corrente internacional que a convergir sobre todas estas questões nos diferentes países da Europa; através do debate sobre estas questões, dispomo-nos a fazer nascer uma corrente política convergente sobre as diversas questões tática, estratégica e ideológica. Em particular com os camaradas de Vanguardia Operária na Itália, da Bandeira Roja em Espanha, do Varbundet Kommunist na Suécia. Mas devemos sobretudo tentar construir uma corrente política com convergências sobre questões táticas e estratégicas, sobretudo em relação ao reformismo e à organização operária.

O seu papel é de animar e de impulsionar a criação do partido nos diferentes países mas, actualmente, não consideramos em nenhum caso, a construção dum tal corrente como a existência dum mini-internacional. Tem de se considerar o caso especial da situação de cada país. Neste momento Portugal joga, no aspecto de uma nova visão do problema, um papel muito importante em relação à Europa e ao Mundo.

**DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo  
DIRECÇÃO DE CONTACTO PROVISÓRIA  
Rua Gil Vicente, lote A, r/c — PAREDE  
Telefone. 247 50 51 das 18 às 20 horas**



# A "LIBERDADE DE IMPRENSA" NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O Governo Provisório, os grandes capitalistas, os proprietários e as administrações dos jornais diários e dos demais órgãos de Informação não se têm cansado de repetir, do 25 de Abril para cá, que o País vive em regime de liberdade de imprensa, que toda a censura acabou, que a informação sobre a vida nacional é tão democrática quanto possível. Ao mesmo tempo, toda esta gente liberal lança apelos ao povo para que defenda esta preciosa conquista democrática.

As coisas, porém, são diferentes das palavras que as pintam assim. Os jornais de grande tiragem encontram-se, tal como antes, nas mãos da grande burguesia, o que permite desde logo pôr em causa a existência da tão apregoada liberdade de expressão. Não pode haver uma informação popular com órgãos de informação capitalistas. O jornal é uma fonte de poder e de dominação capitalista como qualquer outro, embora funcione, segundo critérios diferentes, daqueles que são aplicados, por exemplo, a uma fábrica de automóveis. Nenhum capitalista, ou grupo capitalista pode estar disposto a pagar um jornal que esteja ao serviço dos trabalhadores, um jornal que denuncie a exploração, que aponte as lutas de classe em curso, que mostre as contradições e as agudize, revelando-as, de modo a permitir aos trabalhadores distinguir quem são os seus adversários.

Assim, o critério que nos permite definir o carácter de um jornal é simples e claro. Trata-se de ver se a informação, no jornal em causa, tende ou não a reforçar a consciência de classe das massas exploradas.

A tomada de consciência é um requisito prévio para a condução da luta pela tomada do poder pelos trabalhadores. E, por outro lado, quando esta consciência de classe

existe bem definida, ela acarreta como consequência a luta de morte, a acção revolucionária contra a sociedade de classes.

Ora, dum modo geral os jornais portugueses de grande expansão não contribuem de modo algum para revelar ao povo a verdade da sua condição. Pelo contrário, contribuem activamente para instalar um clima de mistificação, em que a invocação da «democracia» e do «pluralismo» serve apenas para confundir os rostos dos carrascos e das vítimas,

lista. Assim, os jornais burgueses atacaram o actual movimento grevista não com artigos de fundo assinados pelos capitalistas seus proprietários, mas com comunicados de partidos que se dizem dos trabalhadores, mas que acusam aqueles que estão em luta de fazer o jogo da «reação fascista». Ora, não se pode negar que este ataque é muito mais útil ao grande capital explorador do que aquele que este poderia fazer em seu próprio nome. Com efeito, se o ataque ao movimento grevista fosse feito

lutar pelos trabalhadores foi o que, desde sempre, definiu o reformismo.

Aliás, não se compreenderia de outro modo que jornais CUF, que jornais Banco Borges, que jornais Jorge de Brito, que jornais Champallimaud, dessem aos comunicados, manifestos, encontros e apelos de partidos que dizem actuar em nome da classe operária (classe cujo interesse fundamental é a liquidação do capitalismo) tanto relevo, tantas facilidades, tanta audiência.

## A TRAIÇÃO DOS JORNALISTAS

Porém, se é compreensível que os proprietários dos jornais tenham posições anti-populares, uma vez que são eles próprios capitalistas e beneficiários directos da exploração do trabalho assalariado, seria de esperar que os jornalistas, que têm reivindicado ao longo dos últimos anos a sua condição de trabalhadores, se opusessem aos designios das administrações, sobretudo quando se trata de jornalistas que se dizem socialistas e/ou comunistas. Mas nada disso se passa. Com efeito, os mesmos jornalistas, afectos ou simpatizantes daqueles partidos que pensam que a esquerda é o perigo n.º 1, que com uma estranha dialéctica pensam que atacar o capitalismo e a sua organização económica é fazer o jogo da reacção, esses mesmos jornalistas não «conseguem» — pois não querem — ver que os jornais em que trabalham são propriedade de representantes dos núcleos mais exploradores e poderosos da burguesia e que, portanto, não se prestariam sem luta a ser órgãos de partidos que representassem efectivamente a vanguarda da revolução socialista. Onde se viu um capitalista financiar de boa mente a actua-

ção dos seus inimigos de classe?

Aliás, basta ver como é que, com o apoio desses jornalistas adeptos da colaboração de classes, os jornais burgueses tratam a esquerda não-alinhada na coligação do Governo Provisório. A esta esquerda não é reconhecida a liberdade de expressão: esta esquerda é silenciada, caluniada, privada de direito de resposta, minuzada nas suas iniciativas, acusada de ligações com a CIA talvez por não ter na verdade quaisquer ligações com o Champallimaud, o Mello, ou os seus representantes políticos.

Mas não basta informar os camaradas e o público leitor em geral sobre o que se passa dentro dos órgãos de Informação, que precisamente não informam os seus leitores sobre o modo como trabalham. Que não informam os seus leitores de que a censura interna existe, «oficializada», no interior dum jornal da tarde, dela tendo sido encarregada a respectiva chefia, em nome da «sagrada unidade antifascista». Que não informam os seus leitores sobre a censura interna que existe nos outros jornais. Que não informam os seus leitores sobre o modo como os jornalistas trabalham (quem ouvem, quem não ouvem, a que partido pertencem, etc.).

## SITUAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DA INFORMAÇÃO

Além destas denúncias, é necessário explicar que estas atitudes de alguns jornalistas são causadas pela sua situação social.

Os que assim actuam, não o fazem tanto por ingenuidade como por interesse de classe. Estes jornalistas pre-

(Continua na pág. 6)

«A "liberdade de imprensa" é igualmente uma das principais palavras de ordem da "democracia pura". Os operários sabem — os socialistas de todos os países reconheceram milhões de vezes — que esta liberdade é um gracejo enquanto as melhores oficinas de impressão e os maiores stocks de papel estiverem na posse dos capitalistas, enquanto no mundo inteiro subsistir o poder do capital sobre a imprensa, o que cada vez se manifesta de uma maneira mais brutal, nítida e cínica, quanto mais desenvolvida é a democracia e o regime republicano, exemplo, a América.

A fim de conquistar a verdadeira igualdade e a democracia real para os trabalhadores, operários e camponeses, deve-se, em primeiro lugar, impedir o capital de contratar os escritores, comprar as editoras e corromper a imprensa; ora, para isso, é indispensável sacudir o jugo do capital, abater os exploradores, esmagar a sua resistência. Os capitalistas deram sempre o nome de "liberdade" à liberdade de ser cada vez mais rico, para os ricos; à liberdade de morrer de fome, para os operários.»

LENINE, sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado, I congresso da III Internacional.

ponto no mesmo saco, que é hoje a palavra «povo unido», os exploradores e os explorados, os colonizadores e os colonizados, e assim sucessivamente.

Esta manobra, no entanto, tem sido possível apenas mediante a colaboração de classes — colaboração entre os operários e os patrões, etc. — advogada pelos partidos, que se dizem da classe operária, mas que na realidade actuam de modo favorável à perpetuação da exploração capita-

pelos proprietários das empresas em greve, seria fácil para todos os trabalhadores conservarem a sua determinação na luta. Mas quando as palavras de ordem contra a luta de classe vêm de organizações partidárias que se apresentam como «vanguardas» da classe operária, os camaradas menos esclarecidos podem hesitar, ter dúvidas, recuar das posições de força inicialmente assumidas, permitindo assim aos patrões a consolidação do seu poder. Lutar pelo capital dizendo

## PIDE — AGENTE DE 1.ª 13 VALORES

Nos gabinetes da PIDE, na António Maria Cardoso, foram encontradas muitas "provas de passagem" para ascensão na carreira de agentes.

A PIDE não sabia investigar convenientemente — o primarismo e a cretinice de documentos como o que temos em nosso poder mostra-o bem. A PIDE sabia bater e a pancada e as noites sem sono eram a fonte principal — quantas vezes única — das suas "informações". Mesmo os poderosíssimos mecanismos de escutas telefónicas eram mal aproveitadas.

A "prova de passagem" de que hoje transcrevemos algumas respostas foi feita por José Armino Gonçalves de Andrade, agente de 2.ª classe n.º 426/782, em Ponta Delgada, em 11 de Julho de 1969. Pretendia este senhor passar de agente de 2.ª para agente de 1.ª Deve tê-lo conseguido porque teve 13 valores...

Para isso precisou de mostrar que sabia o que eram impressões digitais, pegadas, detonadores, quais as principais produções de Angola e muitas outras coisas. Perguntaram-lhe com certeza o que faria quanto a vigilância ou prisão de suspeitos a partir da descrição de um caso concreto — É o que se depreende das suas três primeiras respostas:

1.ª — As diligências imediatas

a efectuar é preparar-se uma vigilância cerrada aos dois indivíduos, digo, ao indivíduo com antecedentes na polícia, que se conhece e por intermédio do qual se descobrirá o outro indivíduo, e o mais do caso que se pretende saber.

2.ª — Não fazia nenhuma detenção. É que, detendo um indivíduo conhecido, ficaríamos sem outra ligação de modo a chegar-se ao indivíduo de identidade desconhecida, e saber tudo o mais a seu respeito, especialmente dos importantes documentos de que o mesmo é portador. Esta, isto é, a detenção, e neste caso dos dois indivíduos, iria seguir-se, mas só depois do objectivo em vista estar devidamente assegurado, ou seja eles próprios e os seus intentos.

3.ª — Montar-se-la, ao indivíduo conhecido pela Polícia uma vigilância apertada, e ao local onde se efectuará o encontro. Como se sabe a hora e o dia do encontro, e que os indivíduos pessoalmente não se conhecem, mas que se vão identificar por meio de "credencial", nessa altura, o indivíduo que se aproxima do outro, é sem dúvida o personagem esperado, pelo que serão imediatamente presos, e com eles todos os objectos de que são portadores, e conduzidos logo à polícia».

José G. de Andrade tinha também de repetir a velha cartilha

sobre os movimentos de libertação (resposta 19):

19.ª — O MPLA, dirigido pelo António Agostinho Neto, e a UPA, por Holden Roberto, actuam em Angola; a FRELIMO, por morte de Eduardo Mondlane, presentemente é dirigida por Marcelo ou Marcelino dos Santos e actua em Moçambique; e o PAIGC, por Amílcar Cabral, actua na Guiné Portuguesa.

Devo acrescentar que estes e outros movimentos que visam a destruição do Ultramar Português, organizam-se militarmente nos países limítrofes, e giram na órbita de Moscovo e Pequim. Recebem destes países e de outros, como de Cuba, de Argélia, da RAU, etc. preparação técnica e ajuda financeira e estão filiados numa federação para as guerras subversivas com sede em Havana».

Não sabemos se José G. de Andrade está preso ou não. Continuamos a perguntarmo-nos se de facto se vai fazer justiça, se as várias comissões de advogados vão propor legislação especial que permita que essa justiça seja feita; se o Governo Provisório e o novo Conselho de Estado estão de facto dispostos a assumir a contradição de condenar pides e permitir que Américo Tomás e Marcelo Caetano continuem à solta ou se, pelo contrário, estão dispostos a eliminar a contradição — nesse caso perguntamos: como? Desistindo de julgar os primeiros ou julgando também os segundos?

Vai sendo tempo de se conhecerem respostas a estas perguntas!...

PROVA ESCRITA  
Para agentes de 1.ª classe  
RESPOSTAS

I

1.ª As diligências imediatas a efectuar é preparar-se uma vigilância cerrada aos dois indivíduos, digo, ao indivíduo com antecedentes na polícia, que se conhece e por intermédio do qual se descobrirá o outro indivíduo, e o mais do caso que se pretende saber.

2.ª Não fazia nenhuma detenção. É que, detendo o indivíduo conhecido, ficaríamos sem outra ligação de modo a chegar-se ao indivíduo de identidade desconhecida, e saber tudo o mais a seu respeito, especialmente dos importantes documentos de que o mesmo é portador. Esta, isto é, a detenção, e neste caso dos dois indivíduos, iria seguir-se, mas só depois do objectivo em vista estar devidamente assegurado, ou seja dos próprios e os seus intentos.

3.ª Montar-se-la, ao indivíduo conhecido pela Polícia, uma vigilância apertada, e ao local onde se efectuará o encontro. Como se sabe a hora e o dia do encontro, e que os indivíduos pessoalmente não se conhecem, mas que se vão identificar por meio de "credencial", nessa altura, o indivíduo que se aproxima do outro é sem dúvida o personagem que aguarda, pelo que serão imediatamente presos, e com eles todos os objectos de que são portadores, e conduzidos logo à polícia».

Fotografia da prova escrita do pido José Armino Gonçalves de Andrade quando da passagem de agente de 2.ª para 1.ª classe

# LUTA DOS TRABALHADORES

## OS OPERÁRIOS DA TIMEX RECORREM DE NOVO À GREVE

Os trabalhadores da fábrica TIMEX (relógios — capital americano) continuavam em greve no passado dia 5. Nesse dia um numeroso grupo de operários e operárias deslocou-se ao Ministério do Trabalho para poder seguir de perto a evolução das negociações sobre as reivindicações dos trabalhadores, que se efectuavam nesse local entre uma comissão eleita pelos trabalhadores e técnicos do ministério.

Entre as principais reivindicações apresentadas pelos operários da Timex figuram o salário mínimo de 6000\$00, 30 dias de férias pagos integralmente, 40 horas de trabalho semanal e a abolição do trabalho a prémio.

Conversando com alguns dos trabalhadores e trabalhadoras reunidos na Praça de Londres, tivemos oportunidade de esclarecer alguns dos aspectos desta luta. «A comissão que nos representa — disse um operário — é constituída por mais de 30 trabalhadores, e foi eleita na fábrica por todos os trabalhadores. Em cada secção foram eleitos um, dois ou mais elementos, de acordo com a importância numérica de cada secção». Os trabalhadores da Timex afirmam ter total confiança na comissão que elegeram para os representar nas negociações, mas por isso não deixaram de se deslocar em massa ao Ministério do Trabalho para seguirem atentamente o desenrolar das negociações. De vez em quando um dos elementos da comissão saía para anunciar aos trabalhadores em que ponto estavam as coisas.

Os trabalhadores da Timex têm já uma longa experiência de luta. Assim, ainda em Fevereiro deste ano, portanto ainda sob o regime fascista, eles tinham sido obrigados a entrar em greve para defenderem os seus justos interesses. Na ocasião tratava-se de uma reivindicação salarial, aliada ao facto de as condições de trabalho serem péssimas, com constantes denúncias e castigos, que frequentemente culminavam com o despedimento daqueles que mais se destacavam na luta contra a crescente exploração de que eram vítimas. Desde Dezembro de 1970 houve cerca de mil e tal despedimentos sem justa causa, o que criava um ambiente de repressão insuportável, afirmou-nos um trabalhador. «Já em Dezembro de 1973 a minha filha foi despedida, acusada de andar a deixar papéis no quarto de banho, chamando os operários à luta» — disse também uma operária. E no entanto a greve só se fez em Fevereiro! A propósito desta greve os operários explicaram que a administração tinha então tentado retirar todos os relógios do «stock». Atentos a esta manobra, os operários decidiram desta vez reforçar os piquetes de greve.

«Nós não estamos todos aqui. Quando esta manhã, perante a impossibilidade de continuar a tratar com a administração, decidimos numa assembleia de mais de 2000, no refeitório, ir para a greve, logo organizá-

mos os piquetes de greve, que desta vez são reforçados».

Segundo os trabalhadores não há razões para que não possam ser satisfeitas as suas reivindicações. «Somos contra o trabalho a prémio porque isso provoca a competição entre os trabalhadores e assim se criam conflitos e divisões entre nós» — disseram alguns. Sobre as 40 horas por semana, já antes de começarem a greve os trabalhadores estavam a impor esta reivindicação, abandonando o trabalho todos os dias um quarto de hora mais cedo, de modo a totalizarem esse número de horas semanais.

Queixando-se das más condições em que são obrigados a trabalhar disseram alguns trabalhadores: «Nós quando entramos somos sujeitos a uma inspecção médica rigorosa. Mas ao fim de alguns meses temos a vista cansada, e depois despedem-nos porque não rendemos».

Imediatamente após o 25 de Abril os trabalhadores da Timex tinham mais uma vez entrado em greve, dessa vez para exigir a saída de 6 elementos conhecidos pela sua destacada acção como bufos ao serviço da repressão. Os elementos acusados foram suspensos, aguardando averiguação do seu comportamento. Mas os trabalhadores, que queriam ver tais elementos definitivamente afastados da fábrica, estão atentos: «Nós temos a certeza das coisas que eles faziam, de maneira que se por acaso eles voltam à fábrica os trabalhadores não aceitarão isso e iremos outra vez para a greve» — dizem. Depois do saneamento obtido com essa greve, em fins de Abril, há boa camaradagem dentro da empresa entre os trabalhadores.

«Só paramos a greve quando todas as reivindicações forem satisfeitas!» — afirmaram todos os trabalhadores com quem falámos. Os operários e as operárias da Timex estão decididos a prosseguir a sua justa luta até à obtenção de uma vitória completa.

## A LUTA DOS TRABALHADORES DA FÁBRICA DA C.U.F. DO BARREIRO

Uma comissão de trabalhadores da C.U.F. do Barreiro elaborou um caderno reivindicativo em 13 pontos, destinado a ser apresentado à administração da fábrica. No passado dia 14 de Maio, à tarde, os trabalhadores pararam o trabalho (excepto as zonas de laboração continua), no momento em que a comissão se dirigiu à administração da fábrica para encetar as negociações com base no caderno reivindicativo. Decididos a seguir de perto o andamento das negociações, os trabalhadores concentraram-se junto do edifício onde estas se desenrolavam.

Esta assembleia dos trabalhadores manteve-se firme durante todo o tempo em que a comissão parlamentou com os membros da administração. As conversações prolongaram-se pela noite até que, cerca das 3 horas da madrugada do dia 15, um dos elementos da comissão, a operária Ercília Talhadas, falando de uma das janelas do edifício, disse

que os trabalhadores tinham obtido uma vitória, se não completa, pelo menos quase. E o que é que Ercília Talhadas entendia por uma vitória dos trabalhadores? Esta «vitória» quase completa dos trabalhadores era, como explicou depois este elemento da comissão, que dos 13 pontos do caderno reivindicativo **somente um** tinha sido aceite pela administração (aumento mínimo de 2000\$00), mas que a comissão conseguira ainda obter um salário mínimo de 5000\$00 para as operárias! (Quando um dos pontos do caderno reivindicativo era precisamente a obtenção de um salário mínimo de 6000\$00 para todos a partir do dia 1 de Maio).

Depois disto Ercília Talhadas teve o descaramento de dizer aos operários concentrados junto do edifício onde falava que regressassem a suas casas porque com certeza estariam cansados como ela, visto que os restantes pontos seriam resolvidos no dia seguinte. E dito isto, foi-se deitar!

Perante estes factos, e sentindo claramente que mais uma vez estavam a ser enganados, os trabalhadores reagiram e decidiram unanimemente não arredar pé, manifestando espontaneamente a sua vontade de permanecerem ali até que fossem satisfeitas, no mínimo, as suas justas reivindicações. E a assembleia manifestou-se de tal modo que obrigou a que as negociações recomeçassem, e a que elas se prolongassem ainda mais pela noite dentro até que os trabalhadores reunidos obtivessem uma verdadeira vitória.

Iniciou-se assim um novo período de discussão entre a comissão e os elementos da administração da fá-

brica, mas desta vez os trabalhadores estavam decididos a não se deixarem enganar, exercendo uma vigilância permanente sobre a maneira como as coisas se iam passando. Às 4 horas da manhã foi finalmente aceite pelos administradores o salário mínimo de 6000\$00 para os trabalhadores e fixado um salário mínimo de 5500\$00 para

as operárias. Os trabalhadores continuaram a não arredar pé. Por volta das 5 e meia da manhã compareceu no local um delegado da Junta de Salvação Nacional que pediu aos trabalhadores que se retirassem, pois os outros pontos iriam ser resolvidos até às 17 horas desse mesmo dia; tal não aconteceu, tendo por fim o delegado da Junta dito que eram problemas muito complexos e prometido que iriam ser resolvidos em breve, noutras reuniões com os representantes designados pelos trabalhadores, resolução que estes aceitaram.

A assembleia dos trabalhadores dissolveu-se pois, tendo as discussões continuado nos dias 16, 22 e 28, em reuniões da entidade patronal com a comissão designada pelos trabalhadores.

Mas tal como acontecera no início da noite de 14 para 15 de Maio, enquanto todos os trabalhadores tinham delegado na comissão a defesa das suas reivindicações sem controlarem de perto o decorrer das negociações, também desta vez eles se viram traídos, tendo no dia 28 a comissão e a entidade patronal publicado um comunicado com os resultados da discussão.

Com elementos desse comunicado,

postos em paralelo com as reivindicações dos trabalhadores e com o resultado «vitorioso» anunciado na noite de 14 para 15 de Maio por Ercília Talhadas, elaborámos o quadro anexo, que permite julgar da maneira como a comissão «representativa» defendeu junto dos patrões os interesses dos trabalhadores.

Os pontos 8, 10 e 13 do comunicado são elucidativos. O comunicado termina com a discriminação dos encargos que a C.U.F. tem com os trabalhadores (400 000 contos anuais), **fazendo um apelo à multiplicação de esforços para um aumento de produtividade e de redução de custos a**

**fim de se poder contrabalançar os encargos assumidos**, ao mesmo tempo que se ameaçam os trabalhadores para não fazerem mais reivindicações pois não poderão ser consideradas, sendo estas no futuro canalizadas para as respectivas vias sindicais!

Perante isto, que concluir?

A única conclusão possível é aquela que os próprios trabalhadores da C.U.F. tiraram quando, na noite de 14 para 15 de Maio, sentiram os seus

interesses atraícoados: não basta organizar-se para a defesa dos seus direitos e a luta pelas suas justas

reivindicações. Os trabalhadores devem, além de se organizar, manter uma vigilância permanente, manter um «contrôle» permanente, se necessário pela sua presença em massa como foi o caso no dia 14, sobre a

maneira como decorre a luta. Só desse modo, controlando a todo o

CUF do Barreiro — TABELA DE REIVINDICAÇÕES

Dia 14/5 Reivindicações	Às 2 horas de 15/5 «Vitória» quase	Fim das negociações — 28/5 Comunicado da comissão representativa completa
1. Mensalidades iguais para classes iguais	Nada	Proposta de grupos de trabalho para estudarem estes problemas devido à sua complexidade
2. Rectificação das categorias profissionais	Nada	
3. Promoção e actualização de classes	Nada	
4. Repúdio do aumento previsto para 1/6	Nada	Tomado em consideração!!!
5. Salário mínimo de 6 contos a partir de 1/5	5 contos para as operárias	Aceite
6. Aumento mínimo de 2000\$00	Aceite	Aceite
7. Manter as diferenças de categoria com as tabelas na base mínima entre 6 e 10 contos	Nada	Foi acordada uma tabela para vencimentos que ultrapassem os 8 contos
8. Diuturnidade anual de 10 %	Nada	Foi acordado não discutir este ponto esperando nova legislação do trabalho
9. 1 mês de férias e 1 mês de subsídio após 1 ano de serviço	Nada	Acordo na base de: 1 a 5 anos de serviço = 18 dias úteis a 75%; acima de 5 anos = 24 dias úteis a 100%
10. 14.º mês	Nada	Não foi concedido com base nos encargos que iriam representar para a empresa (68 000 contos); conseguiu-se o 13.º mês ao fim de 1 ano de empresa
11. Comparticipação equitativa nos lucros a todas as classes	Nada	A ser decidido em assembleia geral da empresa
12. Salário inteiro na doença e no sinistro	Nada	100% em acidentes de trabalho; 80% em caso de doença
13. 40 horas semanais de segunda a sexta-feira	Nada	A comissão abdicou da reivindicação adoptando-se o horário de 45 horas em face do momento que o País atravessa

# TRABALHADORES EM LUTA

instante os organismos que os representam (comissões, delegados, etc.), estando sempre e todos presentes nas lutas, substituindo aqueles ou aquelas que traiçarem os legítimos interesses dos trabalhadores durante a luta, só assim os trabalhadores poderão estar seguros de obter verdadeiras vitórias.

CARRIS

Conforme a importância dos sectores em greve, assim os reformistas lançam os seus ataques insidiosos contra os trabalhadores desses mesmos sectores. Entre os que ultimamente estiveram em greve em Lisboa, os trabalhadores da Panificação e da Carris viram-se bombardeados de mordidas contra as suas justas reivindicações e modo de exigí-las: a greve, por parte dos reformistas que já entram em alto grau de desespero.

O P.C.P. que se diz representante da classe trabalhadora, mas que de facto não passa de traidor a essa mesma classe que diz defender, tem lançado toda uma série de calúnias contra as greves em geral e contra as greves dos trabalhadores da Panificação e da Carris em particular. Afirmaram que estas greves tinham sido impulsionadas e manobradas pelo patronato. Daí, o termos procurado conversar com alguns elementos da direcção do Sindicato Nacional do Pessoal dos Transportes Colectivos Urbanos do Distrito de Lisboa, sobre estes aspectos:

**“Se alguns afirmam que a greve dos trabalhadores da Carris tenha sido impulsionada pelo patronato, mentem. Pois, a greve foi a expressão livre da vontade dos trabalhadores da empresa.”**

Num comunicado do Sindicato que está a ser distribuído, afirma-se no ponto 17: **“Não se esqueçam os trabalhadores bem intenciona-**

**dos, que este Sindicato tudo tentou no Domingo para evitar a greve. Depois disto não aceitamos e por conseguinte, repudiamos acusações de má fé construídas por indivíduos que se empenham em estabelecer a confusão entre os trabalhadores.”**

Não tenhamos ilusões. O próprio Sindicato — os dirigentes lá andam com o emblema da C.D.E. na lapela do casaco —, que é controlado pelos reformistas, tentou sustentar a greve, mas foi ultrapassado pelos trabalhadores e lá se viram implicados na greve.

Sobre o salário mínimo de 3300 escudos, esses mesmos dirigentes afirmaram-nos:

**“Consideramo-lo irrisório e de fome. Um salário de 3300 escudos não chega para pagar a renda de casa.”**

Por outro lado, procurámos também falar com um operário da Carris. Tem 49 anos, trabalha há 23 anos na empresa e tem ocupado diversos lugares: agulheiro, cobrador, motorista e actualmente trabalha como bilheteiro.

Começou por nos dizer: **“Não houve verdadeiramente discussão democrática no seio dos trabalhadores de maneira a haver uma organização que pudesse conduzir todo o processo. De qualquer modo o Sindicato tentou sustentar a greve, mas não conseguiu.”**

**“Tudo o que pretendemos é uma igualdade com os trabalhadores do Metropolitano, visto a entidade patronal ser a mesma, isto é, a Câmara.”**

Da forma como foi decretada a greve com total paralização dos transportes, o nosso entrevistado disse-nos: **“Considero que a forma mais correcta de se fazer a greve é não paralisar os transportes mas não cobrar bilhetes, tal como se fez há três anos e, desta forma, atingem-se os mesmos objectivos.”** E acrescentou: **“Dentro da empresa não há verdadeira organização**

**no seio dos trabalhadores, apesar de haver alguns camaradas bem amadurecidos e com qualidades. Penso que devíamos aproveitar o momento presente para que de futuro tivéssemos uma organização perfeita, que de momento não existe.”**

Em relação à actual direcção do Sindicato apresentou as suas críticas que, segundo parece, é a opinião da maioria esmagadora dos trabalhadores: **“Há muitos camaradas que criticam severamente a direcção do Sindicato. Estou convencido que uma mudança é sempre útil e se essa mudança se preparar, sou um dos que vota para que os actuais dirigentes do Sindicato sejam substituídos porque há trabalhadores dentro da Carris capazes de defender os interesses da classe.”**

Quanto à actual direcção da actual direcção do Sindicato que é a mesma que actuou no período do fascismo, o camarada entrevistado contesta que essa mesma direcção tenha defendido verdadeiramente os interesses da classe, e acrescenta: **“Já que houve saneamento também se impunha o da direcção.”**

Os camaradas da Carris apesar de terem recorrido à greve ainda não viram satisfeitas totalmente as suas justas reivindicações e disseram: **“Quando for necessário recorreremos à greve. Os trabalhadores devem usá-la, é uma ferramenta de que nunca devem abdicar.”**

Sobre o salário mínimo de 3300 escudos imposto pelo Governo Provisório considera que **“É impossível viver com um salário de tal montante. O salário mínimo nacional penso que devia ser, pelo menos, de 6 contos e não é exagero nenhum pois, assim, as donas de casa já teriam a possibilidade de, umas vezes por outras, de entrar na peixaria e no talho.”**

Marcelo e Tomás, principais responsáveis pelos crimes cometi-

dos pelo fascismo foram para o Brasil por autorização da JSN e de cumplicidade do Governo Provisório, o nosso camarada critica tal medida: **“A terra deles é aqui e devia ser aqui que deviam prestar contas. Quanto a este respeito, penso que há hierarquias na qualidade dos delitos. Um “Zé pequeno”, se comete um delito é filado e os outros têm a liberdade de escolher um país.”**

## LUSO-BELGA

Luso-Belga, fábrica de borracha — botas, tubos, anilhas, sacos, etc., 400 operários, na sua maioria mulheres. A laboração totalmente paralizada. Porquê?

A meio do mês de Maio os operários apresentam um caderno de reivindicações que respeitam condições de higiene, saneamento da empresa e 6000 escudos de salário mínimo (mais tarde limitam esta última a um aumento geral de 1000 escudos mensais). No dia 17 de Maio a administração responde com a possibilidade de encerramento da fábrica — falência — se o Fundo de Fomento Nacional não concedesse um subsídio de 15 mil contos.

Entretanto, os trabalhadores elegem, em assembleia, uma comissão do pessoal que iria encetar toda uma série de contactos: Coronel Durão, Ministro do Trabalho, Coordenação Económica, etc. Assim vão sendo recambiados dum para outro lado: **“Só deparámos com boas intenções e boas palavras; quanto a medidas concretas, nada”.**

No dia 4 deste mês o patrão pôe em marcha o processo de falência. Os operários procuram uma saída: acordo entre o Governo e os credores e fornecedores (dois destes já declararam estar prontos a aceitar tal solução, rejeitando contudo qualquer hipótese de o fazerem com a actual administração).

**“Queremos salientar que tudo tem decorrido sem o mínimo de incidentes”** — disse-nos um dos membros da comissão que, entretanto, afirmou convicto: **“estamos aqui a ocupar a fábrica e não permitimos nem permitiremos que dos «stocks» saia uma só peça”.** Tal «stock» (cerca de 4500 contos em artigos acabados ou quase) é a defesa de 400 trabalhadores que continuam sem trabalho nem salário garantidos. **“Fomos nós que o produzimos. Muitos casais trabalham aqui e têm filhos que pedem pão todos os dias”.** Ao mesmo tempo, têm alguns cheques da empresa em seu poder e fizeram já um apelo para que lhes fosse dado **«apoio moral e material».**

**“Só há falência porque o Sr. Dr. Pedro Reis assim o desejou. Desde há meses que vem paralisando secções das mais rentáveis, destruindo material caro e já trabalhado, ao mesmo tempo que despedia os operários com menos tempo de casa. Àqueles que têm mais anos de casa, mudava-os de secção procurando criar-lhes situações insustentáveis que os levassem a sair da casa. Havia mais 150 despedimentos previstos para breve”.**

Os ordenados já não sofriam alteração desde 1972: 1650 a 2200 escudos para as mulheres, 3000 a 3400 para os homens. Entretanto, a maioria dos operários ronda os 40-50 anos, tendo até mais de 30 anos de casa. **«Pela idade e pelo facto de haver poucas fábricas da especialidade, muitos de nós estão condenados a não mais conseguir emprego».**

**«Queremos o trabalho a que temos direito e que nos garanta a subsistência».** **«Não aceitaremos nunca a antiga administração, tão pouco alguns laiaos do patrão como o encarregado Fernando Augusto Lopes «Bexigoso»».** **«Temos noções que nos permitem gerir a empresa, não temos necessidade de mais administradores como o Dr. Pires Branco que, depois de ter levado a fábrica ao descalabro, depois de ter tido um ordenado de cerca de 50 contos mensais (15 de ordenado + 1 escudo de comissão por cada par de calçado — 30 000 por mês — e ainda gratificações), pede agora 1830 contos de indemnização pelo seu despedimento».** **«Ele não tem um estômago maior que o nosso».**

Por estas palavras exprimem os operários em luta as razões e a determinação que os animam na procura de uma solução para o seu problema imediato: a garantia de trabalho a que têm pleno direito. Unidos entre si, os trabalhadores da Luso-Belga são neste momento um exemplo de como lutar na situação actual — **através da sua própria assembleia e comissões por ela eleitas.** É dever revolucionário apoiar e divulgar a luta dos trabalhadores da Luso-Belga, quebrar o seu isolamento; os trabalhadores da Luso-Belga são parte integrante da classe operária, é preciso que a classe o compreenda e se criem em cada fábrica comités de apoio à luta dos camaradas operários da Luso-Belga.



A greve é uma ferramenta de que os trabalhadores nunca devem abdicar

LÊ, ASSINA  
E DIVULGA  
REVOLUÇÃO



(Continuação da pág. 3)

tendem ser beneficiários da exploração capitalista; embora formalmente sejam assalariados, estes jornalistas auferem de vencimentos muito superiores ao salário médio de um operário, e, por outro lado, são quadros, homens «responsáveis», da confiança das administrações capitalistas, pelo menos na sua imensa maioria.

Assim, durante a luta dos trabalhadores (operários e empregados) de «O Século» foi notório que a maior parte dos jornalistas estiveram desde o primeiro momento contra reivindicações como a do salário mínimo de seis mil escudos (que a eles não lhes dizia respeito), a do saneamento (que a qualquer momento se poderia virar contra eles) e outras cuja realização lhes parecia «extremista», contrária à «consolidação da democracia», ou «prematura». Se os trabalhadores de «O Século» não levaram mais longe a sua acção, isso deve-se em grande parte a esta atitude pseudo-socialista; e o que foi possível fazer, foi feito apesar do poderoso travão que isto representou.

Porque o peso destes reformistas é real e perigoso. Eles apresentam-se como socialistas, como comunistas, como adeptos da sociedade sem classes, para, na prática, se oporem a todas as acções que poderiam levar a caminhar no sentido real desses objectivos. Por outro lado, são pessoas que pertenceram à oposição ao regime deposto e que muitos dos trabalhadores conhecem nessa qualidade, sendo para estes mesmos trabalhadores uma fonte de confusão, dúvida e desmobilização verem esses

«velhos notáveis antifascistas» denunciando as suas iniciativas.

Torna-se portanto necessário desmascarar dentro das empresas e fora delas estes jornalistas. Torna-se necessário elucidar os trabalhadores sobre o papel que este tipo de jornalistas pode representar e que faz deles agentes das administrações junto dos trabalhadores e porta-vozes da burguesia junto da massa dos leitores. Porque o que é grave não é que os capitalistas, proprietários ou não de jornais, tenham interesses antagónicos dos dos trabalhadores explorados. O que é grave é que em nome dos trabalhadores, com rótulos de anticapitalismo, o grande capital possa, pela boca destes reformistas e bem pagos fabricantes de opinião pública, apresentar os seus interesses mascarados de interesses da classe operária e da construção do socialismo.

Perante esta mistificação monstruosa, que tende a dissolver a consciência revolucionária de classe das massas trabalhadoras, a ritmar a luta dos trabalhadores pelo ritmo do desenvolvimento capitalista, é urgente que os jornalistas autenticamente revolucionários, que fazem da luta dos trabalhadores contra o capital a sua luta, conjuguem os seus esforços em torno de dois objectivos complementares: o combate contra a manipulação reformista no interior das empresas, mediante o estabelecimento de ligações orgânicas com todos os sectores não-redactoriais; e a denúncia no exterior por todos os meios da manipulação da informação pelos porta-vozes da burguesia sobretudo quando estes se apresentem como agindo no interesse dos trabalhadores.

#### EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO — LISTA B

No processo para a eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Escritórios, no qual participaram duas listas, é de realçar a importância do aparecimento de uma lista B, aparecimento que surgiu como uma consequência directa de um processo de luta anterior, de luta antifascista e antireformista, da necessidade de levar ao conhecimento e discussão de uma mais vasta camada de trabalhadores, um determinado tipo de sindicalismo.

Pela leitura dos programas das duas listas, ressaltam as profundas divergências a nível ideológico, político e sindical, assim como uma discordância quanto aos métodos e prática das linhas de acção.

Em comunicado entregue aos órgãos de informação e que estes silenciaram, os elementos da lista B indicam as duas frentes em que, no momento actual, travam a sua luta:

— Na estruturação de um sindicalismo de base de reflexo vertical.

— No desmascaramento do oportunismo, do dirigismo que se quer impor de cima para baixo, de fora para dentro.

Ao colocarem em primeiro plano a luta por uma reestruturação do movimento sindical, pelo controle por parte dos trabalhadores de todos os níveis de decisão da organização sindical, pela criação de comissões de empresa, eleitas livremente pelos trabalhadores, estão a defender uma política sindical de efectiva defesa dos interesses da classe trabalhadora, estão a demarcar-se relativamente aos reformistas.

Como afirmam num documento. O reformismo neste momento é coerente com a sua luta no passado não tendo em conta que os trabalhadores vão reflectir que então lhes estava vedado participar na criação das condições necessárias à satisfação dos seus

legítimos direitos e, no presente, vão ficar condicionados pela manutenção dos órgãos de cúpula que o reformismo entende dever manter e dos quais serão dimanadas as resoluções que o trabalhador só terá que aceitar. Defende-se assim não a consciencialização dos trabalhadores através de uma prática nas suas lutas, mas um trabalhador dependente, submetido, por incapaz de dirigir os seus destinos. Este é quanto a nós um dos graves erros do reformismo, estabelecendo plataformas de unidade que nada dizem à maioria da classe trabalhadora, travando as suas lutas com uma política de reconciliação de classes que afinal o corporativismo vinha fazendo, razão porque não estamos a assistir ao desmantelamento das estruturas sindicais, mas sim às necessárias adaptações.

Será na C. E. (eleita entre os trabalhadores) que deve assentar toda a força reivindicativa do trabalhador e dos sindicatos.

Pelo tipo de sindicalismo que defendem, porque alguns dos seus princípios orientadores nos parecem correctos e a sua divulgação foi sistematicamente recusada pelos órgãos de informação, procuraremos, no próximo número do «Revolução», concretizar e aprofundar alguns aspectos da sua luta.

Nota da Redacção: C. E. significa Comissão de Empresa.

## Revolução

(Continuação da pág. 8)

não poderá ser mais do que um executor da Junta, embora esta se disfarce assumindo aparentemente o papel de árbitro.

#### O MOVIMENTO DE MASSAS, OS PARTIDOS POLÍTICOS E O GOVERNO PROVISÓRIO

O Movimento das Forças Armadas viu-se a partir mesmo do dia 25 de Abril, envolvido num importante movimento de massas que já não pode ser travado pela institucionalização da democracia formal. A conquista das liberdades democráticas pelas massas populares como um instrumento para a conquista dos seus direitos ou é definitiva e irreversível ou haverá em cada momento o perigo de um golpe contra-revolucionário fascista organizado pela grande burguesia e pelo imperialismo. A consolidação da democracia passa necessariamente pela satisfação imediata das reivindicações mais prementes dos trabalhadores. Nenhum problema será resolvido somente pelo usufruto abstracto das liberdades democráticas.

As liberdades democráticas por si mesmas, não resolvem o problema central da exploração do homem pelo homem, da exploração de Portugal pelo imperialismo. As liberdades democráticas ou são um instrumento para a revolução socialista ou não passarão de uma pura mistificação utilizada contra os trabalhadores. Quando os partidos reformistas pretendem desmobilizar os trabalhadores em luta pela satisfação das suas reivindicações, sob pretexto de não irritar o grande capital e a reacção, não estão a defender a liberdade e a democracia mas sim a atacá-la. Isto porque permitem que meia dúzia de grandes senhores continuem a explorar milhões de homens.

A destruição do aparelho de estado fascista foi já mais longe do que muitos desejariam, isto pela acção directa das massas populares. As grandiosas manifestações do 1.º de Maio — jornada marcada por um profundo conteúdo de classe — com as suas palavras de ordem de Revolução Socialista, as lutas reivindicativas económicas e sociais, a generalização da greve, acontecimentos que se seguem ao movimento de 25 de Abril são profundamente significativos da grande consciência política das massas trabalhadoras. Há que transformar esta consciência, nos próximos meses, numa poderosa organização autónoma de classe. Evitando assim, simultaneamente, o oportunismo de direita e o esquerdismo dogmático.

A classe operária e as massas trabalhadoras estão ameaçadas pela ambição pelo poder, por parte dos partidos e grupos reformistas. Nesta ambição mostram estar dispostos a sacrificar todos os princípios, a iludir todas as reivindicações do proletariado. Perante esta situação alguns grupos e militantes serão tentados, numa reacção de desespero que não leva em conta o estado actual da organização da vanguarda, a actos isolados que poderão servir como pretexto para que se desencadeie a repressão burguesa.

Todas as contradições económicas e sociais do tempo do fascismo continuam agora. A guerra colonial principal factor desta crise continua e tem mesmo tendência a intensificar-se. Nenhum reformismo, nenhuma demagogia, nenhuma repressão conseguirá iludir estas contradições. A única atitude revolucionária é não sacrificar nenhum princípio, nenhuma reivindicação dos trabalhadores à ambição oportunista de participar num governo provisório que mais não é que o governo da grande burguesia exploradora dos povos das colónias e exploradora do proletariado português. Há que interpretar simplesmente os anseios profundos das classes trabalhadoras e enunciar em termos claros as suas reivindicações políticas. A questão é de organizar por toda a parte os trabalhadores, em primeiro lugar a classe operária à volta de objectivos e de palavras de ordem justas. Só assim se poderá construir a necessária e imprescindível unidade do proletariado, independente de partidos e grupos políticos.

A luta dos trabalhadores pela revolução socialista hoje como ontem terá que ser uma luta violenta porque o inimigo de classe, a burguesia jamais se deixará despossar pacificamente. A violência revolucionária continua a ser uma necessidade não só para defender os trabalhadores da repressão mas para atacar a burguesia nos seus interesses de classe.

Entretanto a violência revolucionária coloca-se hoje, na nova situação em termos diferentes. A única violência revolucionária justa neste momento é a violência de massas. As greves com ocupação dos locais de trabalho, a destituição de administrações e direcções fascistas das empresas estatais e privadas, a expulsão dos fascistas dos organismos estatais e das autarquias locais acompanhadas da eleição em assembleia de todos os cargos; pelas massas com exigência de serem revogadas a todo o momento pelos eleitores a ocupação de bairros desabitados pelas populações desalojadas ou mal alojadas — são alguns dos muitos exemplos da violência revolucionária das massas que é necessário generalizar.

#### MOBILIZEMOS E ORGANIZEMOS OS TRABALHADORES

Neste momento é necessário definir com precisão objectivos tácticos e imediatos:

Independência total e imediata das colónias e denúncia da manobra neo-colonialista que constitui a tentativa do referendo ao povo português e aos povos coloniais.

Organização dos soldados para a recusa massiva a embarcar para as colónias e a participar na guerra.

Destruição até ao fim do aparelho de estado fascista e a sua substituição por órgãos de poder democrático revogáveis em qualquer momento pelos trabalhadores.

Depuração necessária até ao fim nas forças armadas de todos os elementos fascistas.

Julgamento público dos responsáveis fascistas e dos elementos da PIDE-DGS.

A destruição até ao fim da orgânica corporativa, particularmente dos sindicatos corporativos, e a livre formação a partir da base, em cada empresa de sindicatos. Controle das Caixas de Previdência pelos trabalhadores através de organismos eleitos por todos.

O reconhecimento imediato do direito à greve e manifestação pública.

A criação a partir da base de organismos políticos democraticamente eleitos nas empresas e locais de trabalho, de comissões operárias políticas, que discutam os problemas dos trabalhadores e do país e controlem as medidas do governo de forma a serem os alicerces

do futuro poder operário, a base política e orgânica da futura sociedade socialista.

Estas devem ser as tarefas dos militantes operários organizados. Estes devem ser os objectivos dos partidos e grupos militantes revolucionários.

#### PELA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E UNITÁRIA DA CLASSE OPERÁRIA

#### PELA LIVRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE TODOS OS TRABALHADORES

#### PELA TOTAL DESTRUIÇÃO DO APARELHO DE ESTADO FASCISTA

#### PELA ALIANÇA DOS SOLDADOS E MARINHEIROS COM OS TRABALHADORES ORGANIZADOS EM LUTA PELO SOCIALISMO

#### PELA UNIDADE REVOLUCIONÁRIA DA CLASSE OPERÁRIA

#### PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

#### PELA DITADURA DO PROLETARIADO

#### PELO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

12 de Maio de 1974

Comissão Central do Partido Revolucionário do Proletariado



#### APOIEMOS A LUTA DOS TRABALHADORES DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Os trabalhadores do «Diário de Notícias» proclamam a sua força no dia 6 de Junho!

Dispensando a direcção do jornal e o corpo redactorial, publicam o «Diário de Notícias», trazendo ao público a prova de que o poder está nas mãos dos trabalhadores.

Como eles dizem, a democracia «será um baile de mascarados de cravinho vermelho ao peito», se a luta contra o fascismo não for levada até ao fim e se não se travar uma luta contra o capitalismo.

A verdade é que a estrutura do «Diário de Notícias», porta-voz do fascismo, mantém-se intacta, apesar da «suspensão» dos administradores. E figuras sinistras como João Coito e Dutra Faria continuam nos seus lugares.

Os trabalhadores do «Diário de Notícias», a quem a consciência da exploração dá uma clara visão política, sabem também que têm a força de quem trabalha, ou seja, de quem faz funcionar as máquinas. E bem.

#### CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral ... ..	60\$00
Anual ... ..	120\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória. Os pagamentos directos podem efectuar-se também na direcção provisória das 18 às 20 horas.

# A INDEPENDÊNCIA DOS POVOS NÃO SE DISCUTE

(Continuação da pág. 1)

## NÃO AO REFERENDO

Não é a primeira vez que o dizemos, mas convém repetir que nós negamos o direito a que se faça um referendo à população portuguesa para decidir sobre a independência das colónias. A população portuguesa nada tem que decidir sobre os outros povos.

O referendo, dizemos mais uma vez ao Governo Provisório, já foi feito pelos povos que se batem de armas na mão há mais de onze anos.

Nas circunstâncias actuais só há dois caminhos para o governo que provisoriamente está no poder: ou independência imediata e incondicional das colónias, ou a continuação da criminosa guerra colonial e da exploração capitalista.

## A VOZ DO TERCEIRO MUNDO

O ministro argelino dos Negócios Estrangeiros, Abdelaziz Bou-teflika, mostrou-se há dias pouco optimista quanto às soluções que o governo português propõe para o problema colonial. E quando falamos da Argélia falamos do terceiro mundo. Argel é hoje a capital do terceiro mundo e o presidente Boumediene o presidente da Conferência dos países não alinhados.

O ministro argelino declarou: "As últimas notícias provenientes de Londres não são nada animadoras. O ministro dos Negócios Estrangeiros português está a entregar-se a manobras estereis. Nós conhecemos as suas convicções políticas e as suas manobras não poderão levar a nada de positivo. Mário Soares deveria compreender que não pode haver cessar fogo senão passando pelo caminho que leva à independência da Guiné-Bissau e ilhas de Cabo Verde".

## O EMBARGO DO PETRÓLEO

## O EMBARGO DO PETRÓLEO

As palavras do ministro Bou-teflika estão de acordo com o pensamento do mundo árabe. A política pouco clara do governo português tem tido reacções negativas da parte dos países árabes produtores de petróleo que decidiram durante a semana passada continuar o embargo a Portugal. A reunião do Cairo nem tratou da questão de Portugal, incluída na rubrica "estados racistas", porque para eles a situação é clara: não se alterou a situação colonial desde há 7 meses, data em que foi imposto o embargo.

A Organização da Unidade Africana OUA, que vai reunir-se brevemente na capital da Somália, já declarou que confia nos movimentos de libertação para resolver os problemas com o governo português.

Também para eles a questão é clara: ou a independência total ou a continuação da luta armada até à independência.

## FRELIMO e MPLA

Mário Soares foi a Lusaka para conversar com a FRELIMO. Mas Samora Machel não se deixou também encantar com os resultados da alquimia social-democrata.

"Cessar fogo não é paz e é pela paz que conduzimos a luta armada de libertação nacional..."

"Não temos nenhum diferendo contra o povo português que é nosso aliado".

"Lutamos contra o colonialismo que nos obrigou a pegar em armas para o expulsar da nossa terra, o colonialismo que coincide, neste caso concreto, com a exploração do homem pelo homem".

PAIGC

"Não é a independência que vamos discutir com os portugueses. A independência é um direito nosso, inalienável... Só que a paz é inseparável da independência".

FRELIMO

Antes da reunião o camarada Samora Machel declarou sem hesitações: "não é a independência que vamos discutir com os portugueses. A independência é um direito nosso, inalienável... Só que a paz é inseparável da independência".

O sr. Mário Soares ainda não descobriu um país para falar com os camaradas do MPLA, ou talvez ainda não tenha decidido se é com o MPLA que quer falar. Mas um porta-voz deste movimento de libertação já anunciou quais são os propósitos: "o objectivo do golpe de estado de 1974 revelava ter por fim a edificação de novas estruturas colonialistas, perpetuando a opressão e a exploração dos nossos povos. É preciso que o Governo português saiba que então ela chocaria com a nossa vontade de lutar até ao fim. Nós não podemos jamais aceitar que a restauração das liberdades democráticas do Povo português mascare, aos olhos da opinião pública mundial, a continuação da dependência do nosso Povo. Assim, no Governo de Caetano ficou demonstrado que não há fascismo liberal. É hoje nosso dever provar que não existe colonialismo democrático".

## PARA NÓS A LUTA CONTINUA

O PRP e as BR sempre se bateram na prática pelo fim da guerra colonial e a independência

das colónias. Sempre dissemos que o fim da guerra colonial passa pelo fim do colonialismo, da exploração capitalista, porque a guerra colonial não é só uma guerra contra os povos das colónias, é também uma guerra contra o nosso próprio povo.

Afirmámos em 1972, num comunicado das BR que "é na prática do combate contra o inimigo comum que se torna viva a solidariedade entre o povo português e os povos das colónias".

Em Setembro de 1973, quando foi criado o PRP, sublinhámos que "a luta pela revolução socialista em Portugal não é uma luta isolada, ela é parte integrante da luta internacionalista do proletariado contra o imperialismo. O seu carácter internacionalista é ainda reforçado, neste momento, pela coincidência histórica entre os interesses do proletariado português e os interesses dos povos das colónias, que se expressa numa frente comum contra o colonialismo e o imperialismo".

Depois do golpe insurreccional de 25 de Abril declaramos que continuaremos a bater-nos na prática pelo fim da guerra colonial e pela independência dos povos das colónias portuguesas.

A nossa linha política não se alterou nem se alterará, porque ela está de acordo com os interesses do proletariado português e dos povos das colónias.

Para nós a luta continua.

# OS EMBARQUES CONTINUAM

Após o 25, e mau grado as promessas de acabar com as guerras coloniais, os embarques de tropas para África não cessaram. Assim, damos conta de embarques de tropas colonialistas para a República da Guiné-Bissau, marcados para o mês de Junho:

Dia 19: (9,30 horas/CMD Bat. 8320-RC 3);

Dia 21: (9,30 horas/1.ª CC 8320/73-RC 3);

Dia 22: (9,30 horas/1.ª e 2.ª CC 8320-RC 3);

Dia 23: (8 horas/B 8320/73-RC3 e às 11 horas Bat. Caç. 4510/73-RI 15);

Dia 24: (9,30 horas/Pel. Mort. 4573/RI 15).

Os soldados foram convocados para o terminal 20 ABI do aeroporto, onde devem apresentar-se com três horas de antecedência.

São claros os objectivos do Governo Provisório e da Junta de Salvação Nacional, acerca do problema colonial. Efectivamente, e antes de terem terminado as primeiras conversações com o PAIGC, já estes soldados — e outros se seguirão — têm embarque marcado para continuarem o colonialismo e a guerra, a exploração dos povos das colónias e a sua própria exploração.

É preciso, e agora mais do que nunca, dizer NÃO à guerra. Acabemos com a guerra colonial e com todas as formas de colonialismo; mas já vimos que são claros os intentos neocolonialistas do Governo Provisório e da J.S.N. É necessário sabotar — a todos os níveis — esses mesmos intentos.

No primeiro número de «Revo-

lução» dissémos que era urgente e imprescindível o regresso imediato e massivo de todos os desertores e refractários que ainda se encontram no estrangeiro, tendo em vista a sua incorporação nas Forças Armadas, em Portugal; é necessária a agitação, a propaganda, a discussão dentro dos quartéis, tendo em vista a educação política e a consciencialização da massa dos soldados e marinheiros; é necessário organizar a recusa massiva aos embarques para as colónias. E para atingir estes objectivos é necessária a organização revolucionária dos soldados e marinheiros; é necessário a criação de comités de soldados e marinheiros dentro dos quartéis.

Lutemos pela independência imediata, total e incondicional para as colónias.

Soldados e trabalhadores unidos têm de evitar a continuação dos embarques.

**NEM MAIS UM SÓ SOLDADO PARA AS COLÓNIAS!**

"O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal está a entregar-se a manobras estereis. Nós conhecemos as suas convicções políticas e as suas manobras não poderão levar a nada de positivo. Mário Soares deveria compreender que não pode haver cessar fogo senão passando pelo caminho que leva à independência da Guiné Bissau e ilhas de Cabo Verde".

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia

"No governo de Caetano ficou demonstrado que não há fascismo liberal. É hoje nosso dever provar que não existe colonialismo democrático".

MPLA



O referendo já foi feito pelos povos que se batem de armas na mão há mais de 11 anos

LÊ, ASSINA E DIVULGA REVOLUÇÃO



# MANIFESTO AO PROLETARIADO PORTUGUÊS

O 25 DE ABRIL

O Movimento insurrecional das Forças Armadas que na madrugada do dia 25 de Abril de 1974 derrubou o governo fascista foi consequência de vários factores objectivos e subjectivos que no decorrer dos últimos anos conduziram a sociedade portuguesa a uma profunda crise económica, social e política. Dos vários factores geradores dessa profunda crise ressaltam, em primeiro lugar, de uma forma evidente para toda a gente, as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné que se revelaram ao fim de 13 anos, também de uma forma evidente, impossíveis de serem ganhas pelo exército colonialista português; em segundo lugar, ressalta o agravamento extremo da situação económica do país, consequência das guerras, da dependência da economia portuguesa em relação ao imperialismo e da incapacidade do capitalismo nacional de fazer sair o país do atraso em que se encontra. O baixo nível de vida, a emigração em massa, a crise crónica da agricultura o insuficiente desenvolvimento industrial, o carácter explorador da penetração crescente do capital imperialista no nosso país são características da situação actual em Portugal. A completa dependência do capitalismo português face ao imperialismo fez que a crise mundial do capitalismo se reflectisse numa forma particularmente grave no nosso país. A inflação em Portugal tem sido a mais alta de todos os países da Europa.

## REFLEXOS POLÍTICOS DA CRISE ECONÓMICO-SOCIAL

Estes factores objectivos da crise tiveram o seu reflexo político que se traduziu na divisão e dissidências no seio da própria burguesia. Começaram a surgir correntes de opinião divergentes no seio da burguesia detentora do poder. Por outro lado, as lutas reivindicativas dos trabalhadores e o carácter dessas lutas ao enfrentarem-se com a repressão fascista, a luta no seio dos sindicatos e as lutas dos estudantes contra o ensino e as instituições fascistas eram também reflexos políticos da crise económico-social.

A radicalização, quer dos objectivos da luta, quer dos métodos de luta são também uma consequência da agudiza-

ção da crise e das experiências políticas do passado. As lutas dos trabalhadores e dos estudantes tomaram nos últimos anos um carácter claramente anti-capitalista, anti-colonialista e anti-imperialista.

O fascismo passou a ser encarado no seu verdadeiro significado: uma forma particular, entre outras, de exercício do poder pela grande burguesia, uma consequência natural do sistema capitalista em determinadas condições históricas.

Um dos aspectos mais importantes da radicalização dos objectivos e dos métodos de luta foi o começo da luta armada nos últimos anos expressa em actos de sabotagem contra a máquina de guerra colonialista e o aparelho de estado fascista que se anunciavam através de comunicados das Brigadas Revolucionárias numa perspectiva de transformação em luta armada generalizada e num crescente desenvolvimento da violência de massas. O começo da luta armada nas condições objectivas de crise profunda do sistema capitalista português abriu aos trabalhadores novas possibilidades e uma perspectiva clara de classe no combate pela revolução socialista.

A burguesia instalada no poder e o imperialismo perceberam bem a existência real desta possibilidade. Em consequência da crise económico-social e da radicalização das lutas dos trabalhadores começaram a surgir várias tentativas de saída dentro do sistema, encaradas pelos seus elementos mais lúcidos. Consubstanciaram-se primeiro à volta de personalidades, encontraram eco naquilo que em Agosto de 73 se chamava o «Movimento dos capitães» (feito à base de reivindicações internas), tomaram uma expressão mais aguda na revolta das Caldas da Rainha e culminaram no Movimento das Forças Armadas que fez o 25 de Abril.

O Movimento insurrecional de 25 de Abril, foi assim, também, para alguns, uma tentativa de travar a crescente luta revolucionária do proletariado.

Para os trabalhadores não é indiferente o regime político através do qual a grande burguesia exerce a sua ditadura de classe. Para os trabalhadores não é indiferente que o regime seja de fascismo ou de democracia. Não porque se altere os objectivos estratégicos do proletariado — a Revolução Socialista; mas

porque a sua tática sofre alterações e a sua luta assume novas formas. A conquista das liberdades democráticas é por isso importante na luta anti-capitalista, na luta pela revolução socialista.

O Partido Revolucionário do Proletariado considera que nas condições concretas do nosso país a instauração da democracia pode e deve servir os objectivos da revolução socialista. Isto na medida em que está a caminho a destruição do aparelho repressivo fascista permitindo que centenas de milhares de trabalhadores possam hoje organizar-se e lutar pela revolução socialista, aproveitando e dando um conteúdo novo às liberdades democráticas.

## AS GUERRAS COLONIAIS

As lutas de libertação nas colónias portuguesas inscrevem-se no fenómeno mundial da luta dos povos colonizados pela sua independência nacional. Os governos fascistas portugueses e a grande burguesia capitalista e colonialista instalada no poder acreditaram, durante algum tempo, que era possível ganhar estas guerras e que não teriam necessidade de recorrer à solução neo-colonialista. Enganaram-se e quando deram pelo engano já era tarde. Assim, o problema de acabar com as guerras e continuar a exploração colonialista surgiu a muitos sectores da burguesia capitalista como a preocupação central da sua política. Deu-se uma divisão no seio da burguesia instalada no poder e também no seio das Forças Armadas em duas correntes: — uma corrente imobilista que continuava a acreditar que era possível ganhar as guerras; e uma outra consciente da impossibilidade de ganhar as guerras e disposta a procurar outras vias que lhe permitisse continuar a exploração das colónias.

O exigir que os movimentos de libertação nacional «deponham as armas» e se constituam em partidos políticos dentro da «legalidade» é uma mistificação do problema colonial. Mistificação do problema que não só poderá fazer prolongar a guerra colonial como tornar reversível a democracia da sociedade portuguesa.

De nada serve encontrar explicações mais ou menos habilidosas para justificar a continuação da guerra como «os interesses dos brancos que é necessário

defender» (já Marcello Caetano invocava tal argumento) ou como o projecto irrealizável de uma federação (que nada mais é do que querer manter os interesses coloniais dos imperialistas portugueses e estrangeiros, mascarando-os com os dos trabalhadores brancos).

Negamos o direito a que se faça um referendo à população portuguesa para decidir sobre a independência das colónias. A população portuguesa nada tem que decidir sobre outros povos.

Apregoados referendos levados a cabo nas próprias colónias para decidir da sua independência são também uma mistificação, pois ganhariam os partidos ou grupos organizados e preparados para o jogo eleitoral, a que são alheias as populações africanas.

E através da sua heróica luta de libertação que os povos de Angola, Guiné e Moçambique provam que estão preparados para assegurar a sua independência total e completa.

Se o povo português entrar imediatamente em negociações com os movimentos de libertação com vista à independência das colónias, não só os perigos duma suposta «independência» dos colonialistas brancos serão eliminados como será garantida aos trabalhadores brancos a possibilidade de ali permanecerem e participarem na construção desses novos estados. Como é lógico são os próprios interesses dos povos das colónias que o exigem — como várias vezes o têm afirmado os movimentos de libertação das colónias. Continuar a guerra colonial com este ou aquele pretexto é uma perigosa aventura que poderá ter enormes consequências.

A única forma de garantir a independência dos povos coloniais não é desarmar esses povos. É antes dar-lhes total liberdade e colocar as forças do exército sob o controle das Forças Armadas dos MPLA, PAIGC e FRELIMO, para fazer frente aos colonialistas e aos seus apoios externos — os governos racistas da África do Sul e da Rodésia que por certo tentarão intervir.

O silêncio que se tem feito sobre o apelo da direcção do PAIGC aos democratas e revolucionários portugueses para que denunciem perante o povo português que a partir do dia 25 de Abril o exército colonialista tem intensificado a guerra na Guiné nomeadamente bombardeando intensamente as regiões li-

bertadas, é significativo do abandono na prática dos princípios internacionalistas e anti-colonialistas que algumas formações políticas diziam defender. Significativo ainda de como, para participar no governo provisório, estão dispostos a perigosas concepções e a espezinhar princípios elementares.

O PRP bateu-se e bater-se-á na prática pelo fim da guerra colonial e pela imediata independência dos povos das colónias portuguesas. São estes os interesses dos povos das colónias e do proletariado português. Na liberdade e na independência estabeleceremos os laços de fraternidade e de cooperação entre os respectivos povos, apagando séculos de exploração colonial.

## AS FORÇAS ARMADAS, O MOVIMENTO DOS CAPITÃES E A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

A luta de classes tem o seu reflexo no seio das forças armadas. Lá, nas forças armadas, também há classes sociais. Assim, parece-nos correcto distinguir entre a Junta de Salvação Nacional, o Movimento das Forças Armadas e soldados e marinheiros que os capitães dirigiram no movimento insurrecional de 25 de Abril. Os soldados e marinheiros que saíram dos quartéis para a rua no dia 25 de Abril têm aprendido e continuam a aprender na rua o significado e o sentido dos seus actos. Eles vêem e ouvem na rua o que os trabalhadores querem verificando que coincide com o que eles próprios querem. Eles são a parte das Forças Armadas que se coloca naturalmente ao lado das massas trabalhadoras porque, na verdade, eles são trabalhadores fardados e armados.

Bastante diferente é o movimento das Forças Armadas, isto porque não é politicamente homogéneo devido à posição de classe dos capitães o que cria contradições no seu seio, deixando prever que a luta de massas poderá vir a provocar cisões entre eles com tomadas de posição mais progressistas por parte de alguns.

Entretanto, quem tem efectivamente o poder é a Junta. Quem deterá efectivamente o poder, mesmo depois de constituído o governo Provisório, será a Junta. Qualquer que seja esse governo ele

(Continua na pág. 8)



*Camaradas,*  
 Em primeiro lugar vou-me apresentar, depois terei várias coisas para vos contar.  
 O meu nome é João, antes do dia 25 de Abril era conhecido entre a rapaziada mais íntima pelo pseudónimo do «Bala». Decidi que a partir de agora vou adoptar um nome completo João Bala... Simplesmente.  
 Como eu já lutava contra o fascismo e contra o capitalismo antes do dia 25 e sabe-se lá os apertos por que passei, os camaradas da redacção decidiram por uma mimidade que eu ia tratar de todos os assuntos, melindrosos, difíceis e complicados.  
 No próximo número, vou contar-vos a história complicada da minha vida depois do dia 25 de Abril.  
 A coisa é simples não consigo convencer a minha mulher sobre a questão da pequena diferença que existe entre o salário mínimo atribuído pelo governo (3.300 escudos e os 6 mil que a malta pede.  
 Vou falar-vos todos os dias na «ajuda moral» que representa para os trabalhadores este salário. Já feito de lhe ouvir de dizer que não comemos moral e que nem dinheiro para sabos de bacalhan tem, resolvi-me a levá-la todos os dias ver a televisão. Ficou com uma crise de nervos e disse-me: «homem ou te portas como os outros e fazes greve, ou divorcio-me!»  
 Como Pólio se sentir em greve - Maria? "Vão dizer estão feito com o patrão" mulher.  
 Impenitente respondem-me: "diz-lhes que fui eu que mandei!" E que se querem tirar satisfação que venham ter comigo que eu e os meus filhos já lhes damos todas as explicações.  
 Para o próximo número logo vos conto.